

TERMO DE REFERÊNCIA

Estudos para elaboração do Plano Nacional de Mineração 2050

Caderno 5 – Desenvolvimento Sustentável na Indústria Mineral Brasileira

CADERNO 5 – Desenvolvimento Sustentável na Indústria Mineral Brasileira

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Apresentar um panorama geral de ações no âmbito da mineração com propostas para que a inclusão social, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico ocorram de modo a contribuir para efetivo desenvolvimento sustentável na mineração, hoje e em um horizonte no ano de 2050, visando a assegurar que as atividades de geologia, mineração e transformação mineral sejam conduzidas em harmonia com o meio ambiente e mediante o compromisso de minimizar e, onde possível, prevenir os impactos ambientais, seja pela adoção de melhores práticas tecnológicas, de gestão e de responsabilidade social, de forma a promover o desenvolvimento (local, regional e nacional) e garantir o futuro desta e das futuras gerações.

Objetivos Específicos

Caracterizar os impactos socioambientais das atividades do setor mineral, considerando a identificação das boas práticas e experiências que contribuam para o adequado aproveitamento do depósito mineral, e medidas que visem a prevenção e/ou mitigação, de modo que contribuam para o desenvolvimento local/regional sustentável, durante todo o ciclo de vida do empreendimento mineral e após o fechamento da mina, independente do seu porte, com a diminuição das desigualdades regionais e melhoria da qualidade de vida das comunidades onde a atividade está inserida. A abordagem a ser adotada poderá também considerar a apresentação de estudos de casos diferenciados quanto ao bem mineral, localização, porte e nível de integração/verticalização.

ESCOPO DOS ESTUDOS

Caracterizar os impactos socioambientais das atividades do setor mineral, considerando a identificação das boas práticas e experiências que contribuam para o adequado aproveitamento do depósito mineral, e medidas que visem a prevenção e/ou mitigação, de modo que contribuam para o desenvolvimento local/regional sustentável, durante todo o ciclo de vida do empreendimento mineral e após o fechamento da mina, independente do seu porte, com a diminuição das desigualdades regionais e melhoria da qualidade de vida das comunidades onde a atividade está inserida. A abordagem a ser adotada poderá também considerar a apresentação de estudos de casos diferenciados quanto ao bem mineral, localização, porte e nível de integração/verticalização.

A abordagem deverá, no que couber, envolver:

- i. Caracterização dos principais impactos socioambientais das atividades do setor mineral, considerando o porte dos empreendimentos, o grupo de substâncias minerais e a região brasileira em que se insere.
- ii. Caracterização dos principais conflitos socioambientais da atividade extrativa mineral, no âmbito das áreas e territórios legalmente protegidos, considerando o

porte dos empreendimentos, o grupo de substâncias minerais e a região brasileira em que se insere.

- iii. Análise crítica dos impactos e conflitos socioambientais do Setor Mineral, apresentados nos itens anteriores e proposição de ações mitigatórias a curto, médio e longo prazo.
- iv. Análise crítica e proposições sobre a incorporação da “licença social” para operar, a gestão ambiental, o fechamento de mina e outros aspectos relacionados à responsabilidade social e ambiental do Setor Mineral.
- v. Identificação dos principais problemas relacionados a saúde e segurança ocupacional no Setor Mineral, considerando o segmento e o ciclo de operações das minas. Análise crítica dos problemas encontrados e dos protocolos de segurança (leis e normas) atuais, abrangentes e específicos, incluindo construção de paralelo com normas internacionais, e proposição de melhorias e de incorporação de novas tecnologias, considerando o horizonte 2050.
- vi. Análise crítica sobre o comprometimento e avanço da indústria mineral na implementação da Agenda Ambiental Mundial, principalmente a Agenda 2030 e o Acordo de Paris, considerando, entre outras questões: o mais recente relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, a agenda brasileira para o “Carbon Net Zero”, além de propostas para o efetivo alcance das metas estabelecidas.
- vii. Análise crítica sobre a situação atual da mineração artesanal e em pequena escala e os desafios para seu desenvolvimento sustentável, incluindo aspectos normativos e de formalização, incorporação de tecnologias para aumento da produtividade, manejo sustentável, economia de energia e água, redução da emissão de gás carbônico, passivo ambiental, uso do mercúrio, etc. Deverá incluir análise crítica de políticas públicas, atuais e pretéritas, direcionadas à mineração artesanal e em pequena escala - MAPE, inclusive de outros órgãos e de instituições como a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB e a Agência Nacional de Mineração - ANM. Deverá apresentar proposições de ações a curto, médio e longo prazo.
- viii. Análise crítica e proposições sobre as medidas de acompanhamento, fiscalização e controle de barragens da mineração e de outras estruturas de disposição de estéreis e rejeitos, a exemplo do empilhamento a seco (“dry stack”).
- ix. Análise da importância de condutas ambientais, sociais e de governança (ESG) na tomada de decisões de investimentos e dos riscos e oportunidades que ele representa para o setor de mineração.